TC 013.880/2005-3

Prestação de Contas Ordinária

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)

Recurso de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Leão Humberto Montezuma Santiago Filho, ex-diretor de desenvolvimento tecnológico e de produção do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs, peça 146), e Eudoro Walter de Santana, ex-diretor geral do Dnocs (peça 153), contra o Acórdão 3.885/2014-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual este Tribunal deliberou acerca da prestação de contas daquela entidade, relativa ao exercício de 2004.

2. Após análise dos elementos processuais, empreendida com vistas a subsidiar a proposta de mérito no âmbito das aludidas contas, constatou-se que, em 2004, o Dnocs adquiriu, mediante dispensa de licitação, uma gleba de terra no Município de Jaguaretama – CE, pelo valor de R\$ 643.624,00, sob a justificativa de promover o reassentamento de 120 famílias afetadas pela construção da Barragem Castanhão.

3. A aquisição foi considerada irregular, na medida em que o Dnocs não procedeu à avaliação prévia determinada pelo art. 24, X, da Lei 8.666/1993, com vistas a garantir a compra por preço compatível com o valor de mercado do imóvel.

4. Além disso, constatou-se superfaturamento na transação de compra, o que teria ocasionado um débito no valor de R\$ 116.914,98, obtido pela diferença entre o valor pago (R\$ 643.624,00) e o montante apurado em avaliação determinada, em 2010, pelo Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional (R\$ 526.709,02, peça 168, p. 20).

5. Assim, por intermédio do acórdão recorrido, entre outras deliberações, o TCU julgou irregulares as contas dos Srs. Leão Humberto Montezuma Santiago Filho e Eudoro Walter de Santana e os condenou, solidariamente, ao recolhimento do valor do débito acima mencionado aos cofres do Dnocs, tendo ainda lhes aplicado a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 (peça 128).

6. Inconformados com o teor do Acórdão 3.885/2014-TCU-Segunda Câmara, os recorrentes interpuseram estes recursos, por meio dos quais, entre outras alegações, argumentam resumidamente que a aquisição da área foi embasada em critérios técnicos, com amparo nos princípios da administração pública, tendo sido observado o preço praticado no mercado (peça 146, p.38).

7. Após efetuar análise das razões recursais apresentadas, a Secretaria de Recursos (Serur) chegou às seguintes principais conclusões (peça 168, p. 26):

a) não ocorreu prescrição e as contas não são ilíquidáveis, portanto não sujeitas a trancamento;

b) a compra direta, por dispensa de licitação, não contou com o parecer jurídico e avaliação prévia, nos termos dos arts. 24, inciso X, e 38, inciso VI, da Lei 8.666/1993; e

c) o valor pago pelo terreno excedeu o de mercado, tendo em vista que foi adquirido por preço correspondente a terreno urbanizado e com infraestrutura, quando em realidade se tratava de terra nua. Procedido novo parecer técnico a pedido da comissão de PAD, em 2010, após ajustes reclamados pelos responsáveis, utilizou-se a avaliação mais favorável a estes.

8. Por conseguinte, a Serur propôs, em pareceres convergentes, conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento (peça 168, p. 26). Em relação ao mérito do recurso, reputo não haver reparos a fazer na proposta de encaminhamento formulada pela unidade técnica.

9. Concernentemente à alegação de que as contas seriam iliquidáveis devido a suposto prejuízo à ampla defesa dos recorrentes, em virtude do longo período de tempo transcorrido entre o fato impugnado e a decisão prolatada, ressalto que, conforme destacado pela Serur, o TCU vem, desde 2005 – tanto no âmbito deste processo, quanto no de representação acerca da mesma matéria, tratada no TC 017.916/2006-4 em apenso –, adotando as medidas necessárias ao saneamento das irregularidades identificadas.

10. Com relação à questão substancial discutida nos recursos ora em análise – qual seja a compra direta de terreno, pelo Dnocs, mediante dispensa de licitação, sem avaliação prévia, por preço superior ao valor de mercado – tem-se que a irregularidade não foi elidida pelos elementos recursais apresentados.

11. No processo de aquisição do terreno, o Dnocs utilizou, como preço de referência, valor constante de avaliação da Câmara de Valores Imobiliários (CVI) do Ceará. No entanto, tal avaliação foi elaborada com o intuito de se estabelecerem critérios de pagamentos de indenizações referentes às áreas a serem desapropriadas pela entidade. Dessa forma, não estava apta a subsidiar a referida aquisição, já que não se tratava de avaliação específica para o terreno sendo comprado, conforme exigência insculpida na legislação de regência.

12. Destaco, ainda, que a avaliação da CVI estipulou faixas de preço de acordo com as características dos terrenos a serem desapropriados. O preço utilizado como referência pelo Dnocs (R\$ 6,88 o m²) referia-se ao valor do metro quadrado de terreno com infraestrutura e urbanização. Essa não era, contudo, a condição do terreno adquirido. O laudo constante do processo de representação apenso a estes autos consignou a informação de que o terreno se encontrava localizado em área totalmente desprovida de todo tipo de equipamento e uso (TC 017.916/2006-4, peça 31, p. 21).

13. Restou configurado, portanto, o sobrepreço na transação de compra do imóvel. Ao utilizar indevidamente o preço de R\$ 6,88 para o metro quadrado, o Dnocs adquiriu o terreno pelo valor de R\$ 643.624,00, montante este superior, em R\$ 116.914,98, ao valor de R\$ 526.709,02 constante da avaliação de mercado elaborada especificamente para o imóvel adquirido (peça 91, p. 25).

14. Considero também que a preliminar de “*prescrição da pretensão punitiva da administração*” não deva prosperar. Julgo oportuno tecer breves considerações quanto à evolução do aludido tema nesta Corte de Contas.

15. No âmbito do Tribunal de Contas da União, havia divergência jurisprudencial quanto à aplicação do instituto da prescrição da pretensão punitiva. Essa discussão dizia respeito tanto ao prazo prescricional, quanto ao termo inicial e às eventuais causas de interrupção.

16. A fim de dirimir a divergência, foi suscitado incidente de uniformização de jurisprudência nos autos dos TC 007.822/2005-4 e 011.101/2003-6, o que levou à constituição do TC 030.926/2015-7.

17. O TC 030.926/2015-7 foi apreciado na sessão extraordinária de 8/6/2016, por meio do Acórdão 1.441/2016, ocasião em que o Plenário do Tribunal de Contas da União, por cinco votos a três – tese vencedora do Ministro-Revisor Walton Alencar Rodrigues –, deixou assente orientação no sentido de que: o prazo da prescrição da pretensão punitiva é aquele definido pelo art. 205 do Código Civil, sendo, portanto, decenal; a contagem deve ser iniciada na data da ocorrência da irregularidade, na forma do art. 189 do Código Civil; deve ser admitida a

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

interrupção da prescrição pelo ato que ordena a citação, a audiência ou a oitiva efetivadas pela Corte de Contas; uma vez interrompida a prescrição, ela recomeça a correr na data em que for ordenada a citação, a audiência ou a oitiva; a prescrição deve ser suspensa nas hipóteses indicadas no subitem 9.1.5 do julgado; a prescrição deve ser aferida, independentemente de alegação da parte, quando presente a intenção de aplicar as sanções previstas na Lei 8.443/1992; e o entendimento firmado deve ser adotado, indistintamente, nos processos pendentes de decisão de mérito ou de apreciação de recurso por parte do TCU.

18. Considerando, pois, que a jurisprudência da Corte de Contas foi pacificada com base no entendimento construído pelo Plenário no referido Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, entendendo superada, no momento, a discussão sobre a matéria. Dessa forma, em respeito ao disposto no subitem 9.1.7 dessa deliberação, passo ao exame do caso concreto.

19. Nota-se que a irregularidade ensejadora da multa se deu em 17/9/2004, data em que ocorreu o pagamento pela aquisição do terreno, conforme registrado na instrução de mérito da unidade técnica (peça 121, p. 8), bem como no acórdão recorrido (peça 128, item 9.5). É este, portanto, o marco inicial para a contagem do prazo prescricional a ser considerado no caso em análise, conforme entendimento firmado por meio do Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário.

20. Deve ser considerado como ato interruptivo da prescrição a autorização para a realização da citação dos responsáveis, efetuada mediante despacho da Ministra-Relatora, Ana Arraes, emitido em 1/8/2013 (peça 93).

21. Constata-se, portanto, não ter ocorrido a prescrição da pretensão punitiva pelo TCU, na medida em que não transcorreram mais de dez anos entre o marco inicial da contagem do prazo, iniciada em 17/9/2004, e a interrupção do prazo prescricional, ocorrida em 1/8/2013.

22. Por fim, aquiesço às conclusões da unidade instrutiva em relação à improcedência dos demais argumentos recursais.

23. Portanto, por não terem sido trazidos aos autos elementos capazes de alterar o juízo de mérito neste processo, mantêm-se presentes os motivos que ensejaram o julgamento pela irregularidade das contas, o que justifica também a manutenção da imputação do débito e da cominação da multa aos recorrentes.

24. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta uniforme formulada pela Serur, pelo conhecimento e não provimento dos recursos de reconsideração interpostos.

(Assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador